



Estado do Rio Grande do Sul
Assembleia Legislativa

Audiência Pública

Diagnóstico e Alternativas para enfrentar a crise no Rio Grande do Sul



Estado do Rio Grande do Sul
Assembleia Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIAGNÓSTICO E ALTERNATIVAS PARA ENFRENTAR A CRISE
NO RIO GRANDE DO SUL

Presenças

Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Mateus Bandeira.
Secretário de Estado da Fazenda, Ricardo Englert.
Entidades Empresariais, Entidades de Trabalhadores e Cooperativas.

Realização:

Presidência da Assembleia Legislativa.
Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável.
Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo.
Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle.
Comissão Mista Permanente do Mercosul e Assuntos Internacionais.

Apoio:

Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional.

Data: 27/03/09 - 10 horas.

Local: Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha - Assembleia Legislativa.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO PRESIDENTE, DEPUTADO IVAR PAVAN, AOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL

Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; Excelentíssimos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão, Mateus Bandeira, e da Fazenda, Ricardo Englert; demais autoridades já nominadas.

Ao assumir a presidência da Assembleia Legislativa, em 31 de janeiro, anunciei as linhas de trabalho para a gestão de 2009, organizadas em três eixos: Democracia e Valorização do Parlamento; Crise Mundial, Políticas Públicas e Desenvolvimento; Agricultura e Soberania Alimentar. No eixo Crise Mundial, Políticas Públicas e Desenvolvimento, enfatizei que se tratava da crise de um modelo e que o Parlamento Gaúcho estava desafiado a buscar alternativas e a debater o papel do Poder Público no próximo período.

Destaquei que o Parlamento não poderia eximir-se de debater questões como: o papel do Estado na elaboração, financiamento, execução e fiscalização das políticas públicas; a importância do Estado no processo de desenvolvimento; as prioridades dos governos no enfrentamento da crise. Propus a realização imediata de um grande debate com empresários, trabalhadores, poder público e outras organizações da Sociedade, na perspectiva de desencadear uma melhor análise dos impactos da crise nos diferentes setores e construir alternativas a serem propostas. Frisei que era inadiável que a Assembleia Legislativa, como espaço legítimo de discussão da política, assumisse a responsabilidade de fomentar ações, projetos, eventos e iniciativas que prevenissem e buscassem alternativas de enfrentamento à crise.

Já no dia 18 de fevereiro, convidamos entidades representativas de empresários, de trabalhadores e de cooperativas para uma reunião na Assembleia Legislativa. Com a presença dos principais representantes do setor produtivo, definimos a realização de debates regionais para diagnosticar e apresentar alternativas para enfrentarmos a crise. Definimos, também, a constituição de um Grupo de Trabalho, formado por técnicos das Entidades e da Assembleia Legislativa, para subsidiar os debates e sistematizar as propostas apresentadas.

Nesse contexto, e assumindo a diretriz de aproximar o Parlamento da Sociedade e de fortalecer as Comissões Parlamentares, o Plenário e o Fórum Democrático, propusemos que o debate da crise e de outros temas fosse assumido pela Casa. Imediatamente, quatro Comissões, juntamente com o Fórum Democrático, assumiram o tema da crise como prioritário: a da Economia e Desenvolvimento Sustentável; a da Agricultura, Pecuária e Cooperativismo; a de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle; e a do Mercosul e Assuntos Internacionais. Assim, realizamos três Audiências Públicas regionais: em Caxias do Sul, coordenada pela Comissão de Economia e Desenvolvimento; em Não-Me-Toque, coordenada pela Comissão de Agricultura; em Pelotas, coordenada pela Comissão de Finanças.

O diagnóstico aponta que a crise financeira mundial está atingindo todo planeta. Mesmo que o Brasil esteja mais preparado que outros países para enfrentar a crise, seus impactos já são sentidos no Rio Grande do Sul, com a desestruturação de cadeias produtivas e a geração de desemprego.

Do ponto de vista da estratégia, as manifestações nas Audiências Públicas evidenciaram que a superação da crise passa pela ação do Estado. Investimentos públicos que dinamizem a economia e minimizem os impactos da redução da atividade econômica são fundamentais. Da mesma forma, os debates evidenciaram a necessidade de se repensar o papel do Poder Público.

Como síntese dessa primeira parte do processo, apresentamos ao Governo Estadual e ao Governo Federal um conjunto de propostas visando a reduzir o impacto da crise no Rio Grande do Sul. O documento, que procurou incorporar as contribuições de todas as entidades participantes,

está organizado em três partes: Propostas para o Governo Estadual; Propostas para o Governo Federal; Propostas Polêmicas. As propostas para os Governos estão organizadas da seguinte forma: propostas emergenciais prioritárias e acordadas entre as entidades empresariais, de trabalhadores e cooperativas; outras medidas emergenciais apresentadas pelas entidades; medidas de médio prazo.

PROPOSTAS PARA O GOVERNO ESTADUAL

Propostas emergenciais prioritárias acordadas pelas entidades empresariais, entidades de trabalhadores e cooperativas ao Governo Estadual

- a) Reformulação do Simples Gaúcho, retomando as alíquotas vigentes até julho de 2007, com ampliação do número de empresas beneficiadas e inclusão das cooperativas no Programa.
- b) Compensação integral e imediata dos créditos de ICMS devidos aos exportadores.
- c) Dilatação dos prazos de recolhimento do ICMS.
- d) Regularização fiscal e credenciamento da Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, como forma de viabilizar novos espaços de armazenamento, permitindo operar-se com os instrumentos de comercialização do Governo Federal.
- e) Manter, até 31 de dezembro de 2010, todos os benefícios fiscais do setor agropecuário.

Outras propostas emergenciais apresentadas ao Governo Estadual

- a) Isenção de ICMS sobre as máquinas e equipamentos agrícolas que se enquadram no Programa Mais Alimento do Governo Federal.
- b) Suspensão da fruição de benefícios fiscais para empresas que reduzirem o número de postos de trabalho.
- c) Concessão de benefícios fiscais a cadeias produtivas e não a empresas, isoladamente, evitando a concorrência desleal dentro de um mesmo setor.
- d) Concessão de Fundopem para empresas agroindustriais condicionada à produção de matéria-prima, evitando a disputa com as empresas já instaladas.
- e) Aquisição de produtos da Agricultura Familiar nos programas de Merenda Escolar.
- f) Ampliação do quadro técnico e dos investimentos em assistência técnica e extensão rural, recuperando a Emater.
- g) Adesão imediata do Rio Grande do Sul ao Sistema Único de Sanidade Animal - SUASA.
- h) Criação imediata do Fundoleite.
- i) Suspensão da execução ou cobrança em dívida ativa dos agricultores com financiamento junto ao FEAPER e outros programas e criação de um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta de renegociação.
- j) Participação do Estado no Programa de Habitação do Governo Federal e utilização de imóveis públicos para moradia.
- k) Revogação do Decreto 44.879/2007, que eliminou os subsídios da energia elétrica dos primeiros 100 kw consumidos por agricultores.
- l) Implantação imediata de 5 mil microaçudes para amenizar os problemas com a estiagem na Agricultura Familiar e preservação, com regularização, dos microaçudes já existentes.
- m) Criação de programa específico de abastecimento de água para os agricultores.
- n) Desconto no troca-troca de sementes de no mínimo 50% para os municípios atingidos por vendavais, estiagens e inundações, podendo-se ampliar os descontos conforme o nível de perdas.
- o) Implementação do Seguro Agrícola Estadual.

Propostas de médio prazo apresentadas ao Governo Estadual

- a) Direcionamento de maiores investimentos e financiamentos para a produção por parte dos bancos oficiais.
- b) Revisão dos critérios para a concessão de benefícios do Fundopem e Integrar.
- c) Adequação da legislação ambiental às diferentes realidades e atividades econômicas.
- d) Garantia, por parte do Estado, de renda permanente para o Agricultor Familiar.
- e) Estímulo à agregação de valores nos produtos do setor primário.
- f) Ampliação de recursos para fomento à pesquisa voltada para a Agricultura Familiar.
- g) Estímulo à formação de redes de comercialização de produtos da economia solidária.
- h) Recuperação e fortalecimento da UERGS.

PROPOSTAS PARA O GOVERNO FEDERAL

Propostas emergenciais prioritárias acordadas pelas entidades empresariais, de trabalhadores e cooperativas ao Governo Federal

- a) Redução das taxas de juros para um dígito e maior esforço para a redução das taxas bancárias.
- b) Estender o benefício de redução de IPI, dado para as montadoras, para os fabricantes de máquinas e implementos agrícolas e isenção de impostos sobre as máquinas e equipamentos agrícolas que se enquadram no Programa Mais Alimento, do Governo Federal.
- c) Eliminação da restrição que impede os agricultores que tiveram três perdas, na mesma atividade produtiva, nos últimos 60 meses de terem acesso ao PROAGRO.
- d) Redução dos entraves burocráticos, com flexibilização dos limites e garantias, para a efetiva liberação dos recursos de R\$ 700 milhões do PRODECOOP para capital de giro das cooperativas.
- e) Reajuste nos preços mínimos oficiais, especialmente da uva, do feijão, do milho e do trigo e inclusão dos suínos na Política de Garantia dos Preços Mínimos. No caso do trigo, revisar a decisão do Conselho Monetário Nacional, aprovada ontem (26/03), que reajustou os tipos de trigo com percentuais diferentes, prejudicando o Rio Grande do Sul, que produz trigo brando.

Outras propostas emergenciais apresentadas ao Governo Federal

- a) Alongamento e securitização das parcelas vencidas e vincendas de custeio e investimento dos financiamentos para o setor produtivo por parte dos bancos públicos.
- b) Redução nos preços do óleo diesel.
- c) Consolidação de uma política de proteção do setor suinícola, com ampliação do valor do Empréstimo do Governo Federal - EGF para estocagem de carcaça, crédito para custeio pecuário e crédito de retenção de matrizes.
- d) Ampliação dos programas oficiais de aquisição de alimentos
- e) Criação de um programa de infra-estrutura de armazenamento e de produção e reestruturação da CONAB, ampliando sua capacidade operacional e financeira.
- f) Criação de um programa para construção de silos comunitários credenciados pela CONAB, tanto para grãos, quanto para frios.
- g) Maior controle do Governo Federal no mercado de insumos, fertilizantes e defensivos agrícolas, com a criação de uma estatal com este objetivo.
- h) Alteração da Medida Provisória n.º 449 que veda a compensação dos débitos relativos à antecipação mensal por estimativa do Imposto sobre Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurados na forma do art. 2.º da Lei n.º 9.430/96.
- i) Proteção do trigo nacional, com a manutenção da Tarifa Externa Comum - TEC em 10% e incorporação de salvaguardas.
- j) Alteração da incidência de IOF no financiamento de carros usados.

Propostas de médio prazo apresentadas ao Governo Federal

- a) Aprovação da Reforma Tributária, garantindo-se a redução da carga fiscal sobre a produção e o fim da guerra fiscal.
- b) Aceleração dos investimentos já anunciados para habitação e infra-estrutura.
- c) Direcionamento de maiores investimentos e financiamentos dos bancos oficiais para a produção.
- d) Ampliação da ação do PROAGRO, incorporando-se produtores que não financiam a lavoura e garantindo-se renda aos agricultores.
- e) Manutenção do imposto de importação de vinhos do Chile, Argentina e Uruguai, cujo término está previsto para 2010/2011.
- f) Adequação da legislação ambiental às diferentes realidades e atividades econômicas.
- g) Intensificação da Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar, tendo por base um novo modelo tecnológico e de preservação ambiental.
- h) Aprofundamento das políticas de incentivo ao consumo de produtos da Agricultura Familiar.

PROPOSTAS POLÊMICAS APRESENTADAS

Nesse ponto, incluem-se propostas consideradas polêmicas, nas quais se evidenciaram posições bastante contraditórias e que necessitam de um maior debate.

Na Área Ambiental, as posições polêmicas giram em torno de duas questões: o Decreto n.º 6.514, que trata da reserva legal de 20% e impossibilita compensar com áreas de preservação permanente; os processos de licenciamento ambiental.

Em relação ao Salário Mínimo Regional, há divergências quanto ao mérito, percentuais e data de reajuste e a instituição ou não de uma política permanente para as recomposições futuras.

Na Política Fiscal, há divergências entre os que defendem a redução do superávit primário e os que defendem sua manutenção com redução dos gastos em custeio.

Senhora Ministra, senhores secretários, senhoras e senhores deputados, demais autoridades, população aqui presente e que nos acompanha através da imprensa: este evento e estas propostas traduzem nosso compromisso de tornar o Parlamento o espaço de debate dos grandes temas e de mediação dos problemas da sociedade gaúcha junto aos governos. Esperamos que estas iniciativas previnam e constituam alternativas efetivas de enfrentamento à crise.

Muito obrigado.

Porto Alegre, 27 de março de 2009.